



Empowered lives.
Resilient nations.

Relatório Africano de Desenvolvimento Humano 2016

Acelerar a igualdade de género e o Empoderamento das Mulheres em África



RESUMO

Copyright © 2016

Por Programa de Desenvolvimento
das Nações Unidas

Escritório Regional de África

1 UN Plaza, Nova Iorque, NY 10017, EUA



Projetado e impresso:
Phoenix Design Aid, Dinamarca.
Impresso em FSC⁴ papel certificado e com
tintas à base de vegetais.
O material impresso é reciclável.

Capa: Esses padrões são uma referência conceitual ao crescimento social e à formulação progressiva de políticas. A sua repetição reflete uma base estrutural e os blocos de cores ascendentes representam o crescimento e o desenvolvimento dentro das estruturas existentes. Os padrões de tecido Africano representam um vestido tradicional comum para homens e mulheres e uma importante fonte de actividade comercial para as mulheres no Continente.

Relatório Africano de Desenvolvimento Humano **2016**

Acelerar a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres em África

Introdução

Este Relatório Africano de Desenvolvimento Humano – 2016 sobre igualdade de género segue o Relatório de Desenvolvimento Humano em África de 2012, que analisou a importância de garantir a segurança alimentar de todos os africanos. Ambos os relatórios partilham um objectivo comum de abordar o que poderiam ser considerados dois itens inacabados da agenda sobre a trajectória de desenvolvimento em África. Ambos têm sido reconhecidos há muito tempo como prioridades importantes para os governos e cidadãos dos países africanos.

O relatório deste ano sobre a igualdade de género analisa os esforços em curso dos países africanos para acelerar o ritmo de garantir o empoderamento das mulheres através de todas as esferas da sociedade, em casa e na comunidade, na saúde e na realização educacional, no local de trabalho e na participação política e na liderança. Apesar de terem sido feitos progressos significativos em numerosas frentes na maioria dos países, a igualdade de género para as mulheres e raparigas africanas ainda está longe de ser satisfatória. Para abordar a diferença de género, este relatório adota uma abordagem de economia política para a igualdade de género e o empoderamento das mulheres em África.

Uma mensagem chave deste relatório é que dar maior atenção à igualdade de género será um estímulo importante e há muito esperado para um desenvolvimento humano mais rápido e mais inclusivo e crescimento económico para todo o continente. Um foco de política e programação no aproveitamento do potencial das mulheres é um importante fator económico e social para um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. Políticas e programas que inadvertidamente deixam de fora ou marginalizam as mulheres nunca serão bem sucedidos a longo prazo. O crescimento inclusivo também não pode ser alcançado se o empoderamento das mulheres for compartimentalizado, ou visto como uma atividade separada do que é tradicionalmente percebido como sendo funções centrais do governo.

Simplificando, acelerar a igualdade de género é uma função essencial do governo, envolvendo es-

forços multi-setoriais que incluem entidades governamentais nacionais e locais, atores não-governamentais, organizações da sociedade civil e do setor privado. Da mesma forma, abordar a igualdade de género de uma forma tão holística se encaixa e reforça a agenda ambiciosa dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDGs), que os governos africanos e a comunidade internacional como um todo definiram para os próximos 15 anos. Uma abordagem holística da igualdade de género reforçará também a realização da Agenda 2063 da União Africana. Este Relatório Africano de Desenvolvimento Humano de 2016 propicia, portanto, um marco para operacionalizar o SDG 5 sobre a igualdade de género, em particular, e todos os SDGs em geral.

Por último, é importante salientar que este relatório foi escrito para encorajar debates políticos e discussões sobre quais são as medidas necessárias para garantir que a igualdade entre homens e mulheres seja mais plenamente integrada nas agendas nacionais e nos diálogos políticos em curso em toda a África. O relatório foi preparado com diversos públicos em mente, formuladores de políticas e profissionais africanos, outras organizações de desenvolvimento, o setor privado, a sociedade civil, o mundo académico e os cidadãos de África, jovens e idosos. Espera-se que o relatório envolva e estimule a discussão ativa e o consenso sobre os diferentes caminhos que cada país africano pode tomar para enfrentar este desafio de desenvolvimento crítico e direito humano fundamental - igualdade de género.



Helen Clark

Administradora

Programa de Desenvolvimento
das Nações Unidas

Prefácio

Em nome do Escritório Regional do PNUD para África, tenho o prazer de apresentar este segundo Relatório Africano de Desenvolvimento Humano sobre o tema Acelerar a Igualdade de Género em África.

A igualdade de género não é uma nova prioridade de desenvolvimento para os países africanos. De facto, a sua importância tem sido reconhecida há muito tempo, com a União Africana e a sua antecessora, a Organização da União Africana, assumindo um papel de liderança na defesa dos direitos das mulheres e das raparigas há várias décadas. A União Africana designou 2016 como o Ano dos Direitos Humanos com foco nos Direitos da Mulher, enquanto 2015 foi o ano do Empoderamento e Desenvolvimento das Mulheres. Contudo, os progressos na consecução da igualdade de género têm sido mais lentos do que se esperava e incoerentes para muitos países africanos.

Este relatório sobre a igualdade de género visa, assim, recentrar a atenção no que continua a ser um desafio crítico para o desenvolvimento, numa altura em que a África atravessa um período de mudanças económicas, sociais e políticas significativas e sem precedentes. O ritmo acelerado do crescimento económico em alguns países africanos há apenas alguns anos foi atenuado pela recente desaceleração global da procura de muitas matérias-primas. Os conflitos políticos e civis impulsionados pela desigualdade, as disputas localizadas e as expectativas não satisfeitas continuam a afectar muitos países de África. Além disso, a epidemia de Ébola de 2014 e a seca na África Oriental, Ocidental e Meridional em 2015/16 demonstram quão vulneráveis e frágeis são, as sociedades africanas, mesmo as que melhoram rapidamente, aos choques e recessões inesperados. Sob tais condições, as mulheres africanas, muitas vezes suportam um encargo diferencialmente maior como mães, cuidadoras e provedoras da família.

Na análise que se segue, o relatório destaca onde foram feitos progressos na abordagem da igualdade de género e quais são e onde estão os défices e desafios remanescentes. Em primeiro lugar, apresenta uma sinopse do progresso do desenvolvimento humano em África utilizando os diferentes indicado-

res de desenvolvimento humano do PNUD, com especial atenção aos dois indicadores que medem o desenvolvimento de género e a igualdade de género. O relatório analisa ainda as tendências e comparações de género em termos de saúde, educação, oportunidades económicas e barreiras, bem como representação política e liderança. Também se dá atenção às causas subjacentes e fundamentais da persistente desigualdade de género, incluindo as normas sociais negativas que retardam o ritmo para a igualdade de género e os dilemas políticos que os governos africanos enfrentam ao conciliar normas legais e precedentes com costumes e tradições sociais prejudiciais. O relatório analisa ainda as abordagens políticas e institucionais utilizadas pelos governos africanos para combater a desigualdade de género e acelerar o ritmo do empoderamento das mulheres e o acesso a oportunidades económicas, sociais e políticas iguais. Ao longo do relatório, são feitas comparações entre os países africanos e entre a região de África e outras regiões em desenvolvimento, nomeadamente a Ásia, a América Latina e o Caribe.

O capítulo final do relatório oferece uma agenda de ação por meio de um quadro político e estratégico que coloca a igualdade de género no centro da agenda de desenvolvimento. Quatro grandes percursos são sugeridos que oferecem um quadro de políticas e programas para acelerar a igualdade de género e integrar plenamente o género na agenda de desenvolvimento mais alargada.

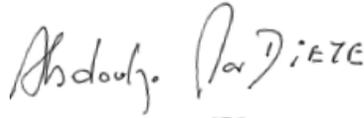
Estes quatro percursos implicam:

- apoiar a adopção de reformas, políticas e programas jurídicos para promover o empoderamento das mulheres;
- apoiar as capacidades nacionais para promover e aumentar a participação e liderança das mulheres na tomada de decisões no lar, economia e sociedade;

- apoio à capacidade de implementar abordagens multi-sectoriais para mitigar os impactos das práticas discriminatórias na saúde e na educação; e
- apoiar as mulheres na obtenção de titularidade de propriedade e gestão dos bens económicos e ambientais.

A justificativa para essas vias é que somente assegurando que as mulheres recebam as mesmas oportunidades económicas, sociais e políticas ao passar da legal para a substantiva igualdade de género, os governos podem assegurar que seus progressos no crescimento económico e no desenvolvimento humano sejam plenamente inclusivos para todos os seus cidadãos e sustentáveis a longo prazo.

Esperamos que este relatório estimule a discussão e o debate sobre o que continua a ser um desafio crítico e as oportunidades inexploradas para o futuro de África.



Abdoulaye Mar Dieye

Administrador Assistente e Director do Gabinete Regional para a África

Índice

Introdução	v
Prefácio	vi
Justificação do relatório	1
Abordagem analítica	2
Progressos e desafios no desenvolvimento humano africano	3
Dimensões sociais da igualdade de género	4
Mulheres nas economias africanas	5
Mulheres africanas na política e na liderança	6
O papel das normas legais e sociais na igualdade de género	7
Abordagens de políticas e programas para lidar com a desigualdade de género	8
Uma agenda de ação para acelerar a igualdade de género	9
Conclusão	12
Anexo	14

Resumo

Justificação do relatório

Da Declaração Universal dos Direitos Humanos, há 68 anos, à Declaração do Milénio, há 15 anos, e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de hoje, a atenção global permanece focada na promoção dos direitos humanos e na eliminação da discriminação e dos resultados desiguais para mulheres, homens, meninas e meninos. No entanto, apesar do reconhecimento generalizado dos direitos das mulheres e dos benefícios que toda a sociedade recebe de um tratamento equitativo e acesso a recursos e oportunidades para mulheres e homens, persistem as desigualdades. A nível regional e nacional, é cada vez mais reconhecido que, à medida que as mulheres africanas atingem medidas mais elevadas de bem-estar económico e social, todos os benefícios são atribuídos a toda a sociedade, apesar dessa crescente compreensão. Lacunas significativas entre as oportunidades dos homens e das mulheres continuam a ser um grande desafio e um severo impedimento à transformação económica e social estrutural que continua a ser o objectivo de todos os países africanos.

A evolução do panorama do desenvolvimento com as suas oportunidades, choques e vulnerabilidades emergentes torna imperativo que África acelere o desenvolvimento humano equitativo e sustentável. Isso pode ser alcançado através da construção de resiliência económica, social e ambiental para mulheres e homens, aumentando a sua produtividade e acelerando o ritmo da transformação económica estrutural na região. Este relatório explora onde e como os progressos na igualdade de género foram feitos e como melhor acelerar o ritmo do avanço de género em África. O seu foco na igualdade de género ocorre num momento de enorme mudança em todo o continente, incluindo a recente dinâmica de transformação social e económica que resultou em avanços significativos no desenvolvimento humano de África.

Este relatório identifica a intersecção entre processos políticos e econó-

micos e apresenta uma clara agenda de acção. A agenda oferece uma abordagem para ajudar os países africanos a enfrentarem com mais força o desafio e acelerarem o progresso na igualdade de género e empoderamento das mulheres. A agenda sobre igualdade de género pode apoiar o progresso rumo à Agenda 2063 de África e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDGs). Enquanto o SDG 5 se foca especificamente na igualdade de género, abordar as questões de género de forma mais vigorosa e abrangente acelerará os esforços dos governos e das outras partes interessadas para alcançar muitos dos, se não todos os outros SDGs devido ao papel e à posição que as mulheres desempenham em toda a sociedade e em todos os setores.

Abordagem analítica

Na perspectiva do PNUD, a desigualdade de género do ponto de vista do desenvolvimento humano é abordada melhorando as capacidades e oportunidades das mulheres e contribuindo para melhores resultados para as gerações presentes e futuras. Como mostrado na figura 1, a relação entre a igualdade de género e desenvolvimento humano baseia-se em três preocupações sobrepostas:

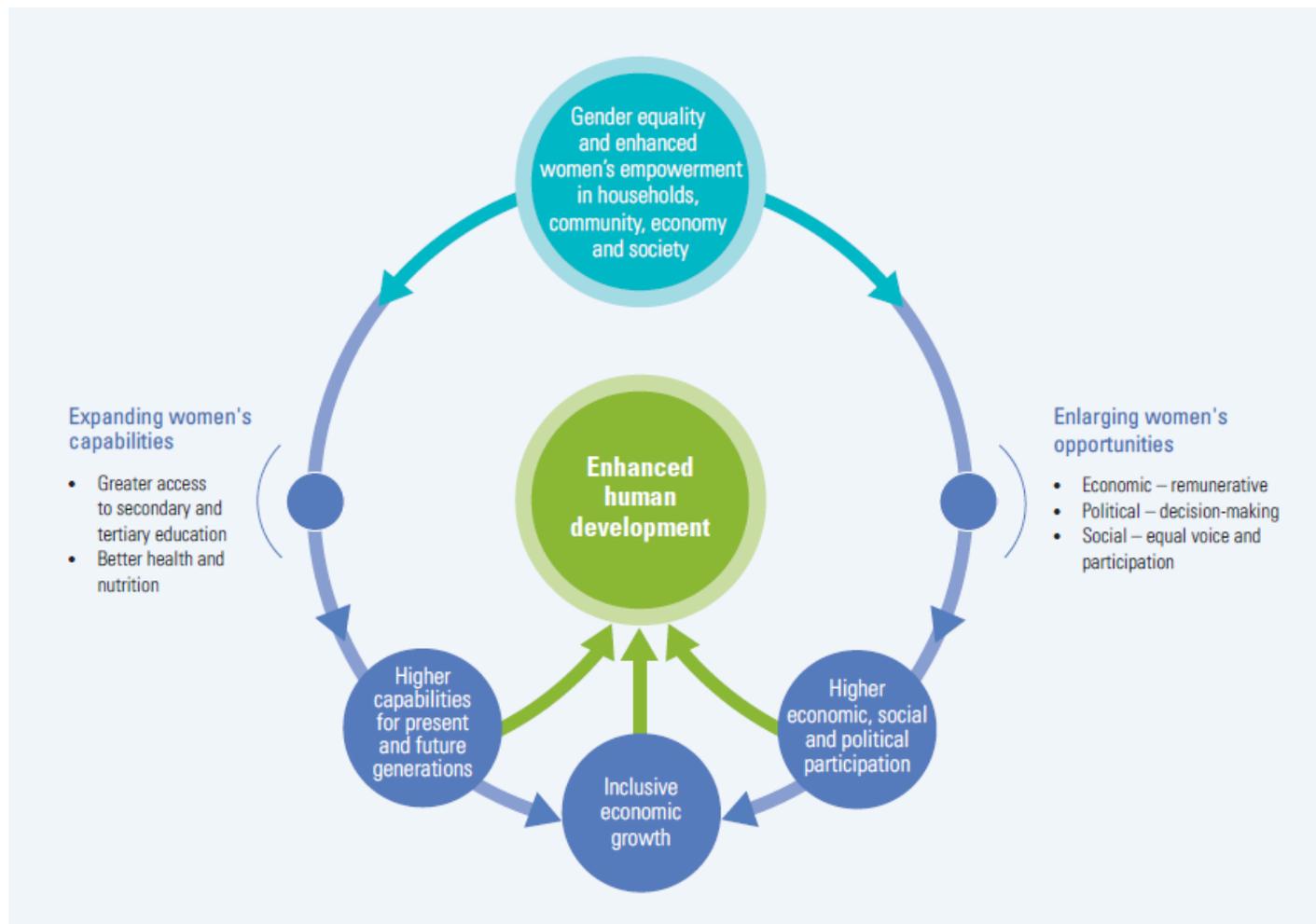
- económica: trabalho mais produtivo em casa e no mercado como empregadores, empregados e empresários;
- social e ambiental: melhor saúde, educação, cessação da violência física e sexual contra as mulheres e uso sustentável de recursos para as gerações presentes e futuras; e
- política: voz e representação mais equitativa no processo de tomada de decisão e alocação de recursos.

A abordagem analítica do relatório é examinar o desafio da igualdade de género ao identificar a interação entre

Apesar do reconhecimento generalizado de que, à medida que as mulheres africanas atingem patamares mais elevados de bem-estar económico e social, os benefícios se acumulam em toda a sociedade, a eliminação das desigualdades para as mulheres não acompanhou o ritmo.

FIGURA 1

Igualdade de género e reforço do empoderamento das mulheres nos agregados familiares, nas comunidades, nas economias e na sociedade



Fonte: Contribuição de Selim Jahan, Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano (GRDH), 2016.

O relatório examina o desafio da igualdade de género ao apontar a interação entre os processos políticos, económicos e sociais que impedem ou contribuem para o avanço da capacitação das mulheres.

processos políticos, económicos e sociais que impedem ou contribuem para o avanço do empoderamento das mulheres. Uma perspectiva de economia política é usada para entender a forma como as idéias, recursos e poder são conceituados, negociados e implementados por diferentes grupos sociais em relação à desigualdade de género, seja no local de trabalho, no mercado ou em casa.

É importante ressaltar que a preparação deste Relatório de Desenvolvimento Humano em África foi um esforço altamente colaborativo entre o Escritório Regional do PNUD para África, em estreita colabo-

ração com a Comissão da União Africana, agências das Nações Unidas, instituições regionais, profissionais e pesquisadores. Como resultado, não se concentra apenas na África subsaariana, mas inclui também os Estados Árabes do Norte de África. O processo de preparação do relatório incluiu pesquisa quantitativa aprofundada e análise, um estudo qualitativo interativo, consultas com várias organizações em toda a África, bem como um inquérito online em toda a África. As seções abaixo destacam alguns dos pontos-chave encontrados nos capítulos do relatório completo.

QUADRO 1

Comparações globais do IDH por região

Região	IDH valor médio por Região 1990	IDH valor médio por Região 2000	IDH valor médio por Região 2014	Alteração do IDH valor (1990-2014)
Ásia Oriental e Pacífico	0.516	0.593	0.710	1.34
Europa Oriental e Ásia Central	0.651	0.665	0.748	0.58
América Latina e Caribe	0.625	0.684	0.748	0.75
Sul da Ásia	0.437	0.503	0.607	1.38
África	0.426	0.449	0.524	1.09

Fonte: Compilado pela Equipa Africana de Desenvolvimento Humano (AfHDR).

Progressos e desafios no desenvolvimento humano Africano

O relatório analisa o progresso atual no desenvolvimento humano africano usando os diferentes indicadores que o PNUD elaborou para capturar vários aspectos do desenvolvimento humano, incluindo a desigualdade de género. Utilizando os diferentes indicadores de desenvolvimento humano do PNUD, existe uma grande variação nos valores e na classificação em toda a Região Africana e entre as diferentes sub-regiões Africanas (quadro 1). Globalmente, África tem uma das taxas mais rápidas de melhoria no desenvolvimento humano ao longo das últimas duas décadas, mas também tem os níveis médios mais baixos de desenvolvimento humano em comparação com outras regiões do mundo. Ao mesmo tempo, nem todos os países Africanos têm um baixo desenvolvimento humano. Dezassete países Africanos das cinco sub-regiões alcançaram um desenvolvimento humano médio e alto - cinco na África Austral, cinco na África do Norte, quatro na África Central, dois na África Ocidental e um na África Oriental. Os níveis mais elevados de desenvolvimento humano em África estão na Argélia, Líbia, Maurícias, Seicheles e Tunísia. Trinta e seis países africanos (de 44 países em todo o mundo) são classificados no grupo de baixo desenvolvimento humano. O Anexo 1 apresenta os valores, classificações e tendências do IDH ao longo do tempo para todos os países africanos.

Em média, países com níveis inicialmente baixos de desenvolvimento humano cresceram mais rapidamente, obtendo grandes ganhos, até 2010, quando este crescimento começou a desacelerar. Os seguintes países obtiveram os maiores ganhos desde 2000:

República Unida da Tanzânia, Burundi, Mali, Zâmbia, Níger, Angola, Serra Leoa, Moçambique, Ruanda e Etiópia.

O quadro 2 é um quadro recapitulativo dos valores médios de cada uma das cinco sub-regiões africanas. Destaca as diferenças consideráveis nos valores do IDH entre as sub-regiões africanas e dentro das sub-regiões. Conforme observado na tabela, o Norte de África está significativamente acima da média regional do IDH, e mesmo incluindo a Mauritânia, está acima do Sul da Ásia numa comparação regional global. A África Austral é a única outra sub-região acima da média regional africana do IDH.

Os países que inicialmente apresentaram baixos níveis de desenvolvimento humano estão a obter grandes ganhos. Os seguintes países obtiveram os maiores ganhos desde 2000:

QUADRO 2

Valor médio do IDH por sub-região

Sub-região	Valor de HDI 1990	Valor de HDI 2000	Valor de HDI 2014	Evolução do valor HDI 1990-2014 (%)
Norte de África	0.533	0.603	0.668	20.209
África Oriental	0.337	0.403	0.497	32.193
África Ocidental	0.333	0.382	0.461	27.766
África Central	0.453	0.439	0.507	10.651
África Austral	0.481	0.478	0.570	15.614
Valor (médio) do IDH para a Região Africana	0.426	0.449	0.524	18.702

Fonte: Compilado pela Equipa do AfHDR.

Em média, as mulheres africanas atingem apenas 87% dos níveis de desenvolvimento humano dos homens.

Regra geral, os governos africanos estão bem cientes dos fatores que impactam a condição das mulheres, bem como os tipos de políticas e programas que podem fazer a diferença, mas as dotações orçamentais para apoiar a política e os programas necessários têm ficado muito aquém dos objectivos fixados pela União Africano para os gastos com os setores sociais

República Unida da Tanzânia, Burundi, Mali, Zâmbia, Níger, Angola, Serra Leoa, Moçambique, Ruanda e Etiópia. Países que começaram inicialmente com baixos níveis de desenvolvimento humano estão a crescer mais depressa, em média, o que indica que estão a recuperar. No entanto, o ritmo desacelerou desde 2010.

Os cálculos com recurso aos índices de género do PNUD indicam uma desigualdade notável de género em quase todos os países africanos. As diferenças de género ligadas ao rendimento ou não resultam em menor desenvolvimento humano das mulheres em comparação com os homens. Em média, as mulheres africanas atingem apenas 87 por cento do desenvolvimento humano dos homens.

Dimensões sociais da igualdade de género

As dimensões sociais da igualdade de género, no que toca às tendências em saúde e educação, são determinantes para a igualdade e a capacitação das mulheres. Globalmente, a desigualdade de género nos serviços sociais é traduzida em menores oportunidades para o bem-estar das mulheres em particular e da sociedade em geral. Nas últimas décadas, foi verificado um aumento das capacidades dos cidadãos em muitos países africanos nas áreas básicas de saúde, educação e outros serviços sociais. Essas melhorias in-

cluíram mulheres e meninas, que hoje, têm maior acesso à educação em todos os níveis, têm melhor saúde, dão à luz aos seus filhos em segurança, e alcançam uma maior expectativa de vida.

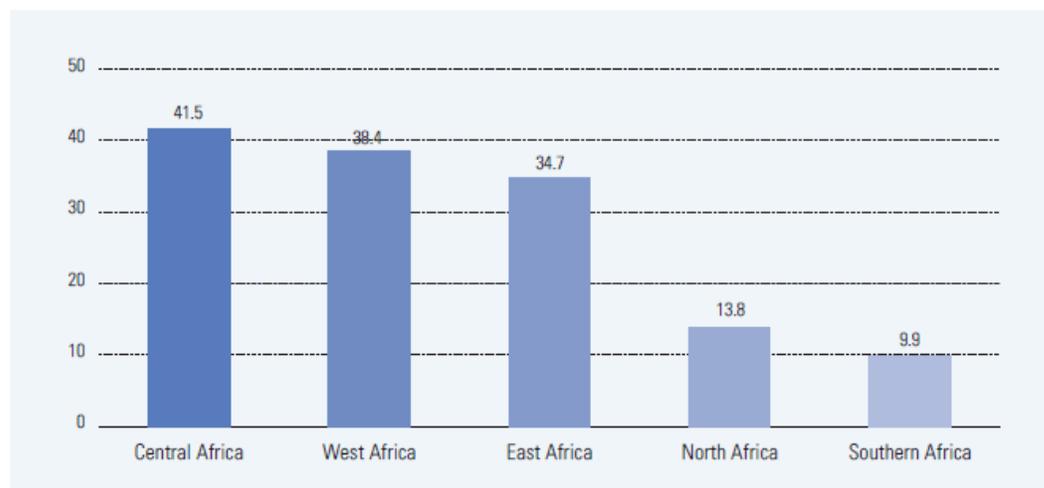
As mulheres enfrentam privações graves em termos de saúde, devido a fatores como o casamento precoce (figura 2), a violência sexual e física e a persistência da alta incidência de mortalidade materna. As mulheres em maior risco são aquelas em idade fértil. A prevalência da taxa de natalidade de adolescentes em muitos países está a diminuir o ritmo de progresso no desenvolvimento humano. Por exemplo, um aumento de um ponto percentual na taxa de natalidade adolescente reduz o **IDH** em cerca de 1,1 ponto percentual.

O leque das violências que afeta as mulheres inclui violência doméstica, violência conjugal, estupro, mutilação genital feminina, intimidação e ameaças adicionais à segurança pessoal das mulheres em períodos de guerra e conflito. No que diz respeito à educação, é notável que quase paridade de género foi alcançada na escolarização primária. No entanto, a discriminação de género continua a ser significativa no ensino secundário e terciário. As razões pelas quais os filhos não frequentam a escola variam, mas estão frequentemente associadas à pobreza, à etnicidade, à exclusão social, ao viver numa zona rural ou bairro de lata, ao afastamento geográfico, às catástrofes, ao conflito armado, à falta de instalações básicas e à má qualidade do ensino.

A desigualdade nos resultados na saúde e educação ainda é evidente em regiões e entre países. A desigualdade de Género nos serviços traduz-se em menores oportunidades no bem-estar das mulheres em particular e sociedade em geral.

FIGURA 2

Prevalência do casamento infantil por sub-região (%) 2005-2013



Fonte: Elaborado pela equipa do RDHAfr com base na UNICEF Global Database 2015

QUADRO 3

Participação das mulheres no sector não agrícola, emprego no sector informal

Pais	Inquérito ano	% Emprego feminino em produtos não agrícolas, sector informal
Ilhas Maurícias	2009	6.7
Africa do Sul	2010	16.8
Lesotho	2008	48.1
Etiopia (urbano)	2004	47.9
Zimbabwe	2004	53.1
Liberia	2010	65.4
Cote d'Ivoire	2008	82.8
Zambia	2008	70.3
Madagascar	2009	63.8
Uganda	2010	62.2
Tanzania(Rep)	2005/06	49.8
Mali	2004	79,6
Mali	2004	74

Compilado pela Equipa da AfHDR do ILO, 2014. Maternidade e Paternidade no Trabalho: Direito e Prática em todo o mundo. Genebra

Essas barreiras frequentemente interagem com o género para criar desvantagens ainda maiores nas oportunidades de aprendizagem. Todos estes factores representam os baixos anos médios de escolaridade nas diversas sub-regiões (figura 3).

As boas notícias é que os países onde uma grande parte da população feminina obteve pelo menos a educação secundária, normalmente têm um melhor desempenho a nível de IDH.

As mulheres na economia em África

Outro fator determinante da igualdade de género é definido pela presença das mulheres no local de trabalho e na tomada de decisões económicas. As disparidades económicas e laborais significativas entre homens e mulheres continuam a ser a norma e não a excepção em muitos países africanos. Estas desigualdades são encontradas em toda a África em termos de acesso a activos económicos, participação no local de trabalho, oportunidades de empreendedorismo e utilização e benefícios dos recursos naturais e do ambiente.

Além disso, as mulheres são mais susceptíveis de serem encontradas em locais de trabalho onde a regulamentação e a protecção social são limitadas devido às diferenças na educação e ao desfasamento entre as qualificações das mulheres e as exigidas pelo mercado de trabalho.

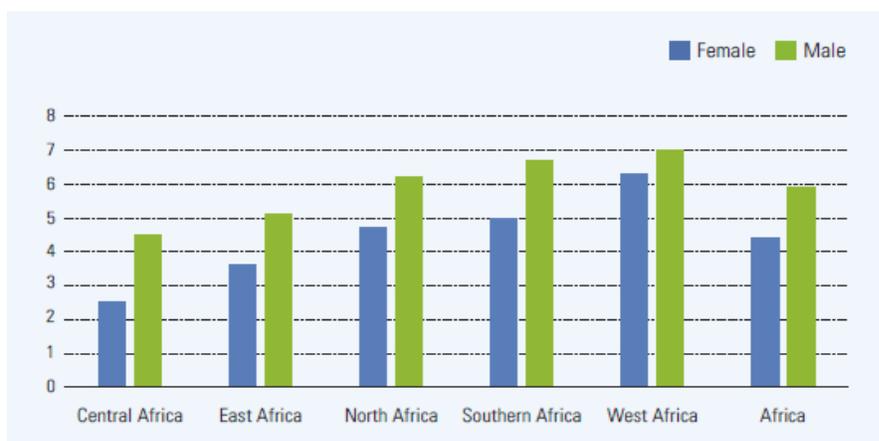
Isso, por sua vez, leva as mulheres à economia informal. Estima-se que, com base nos dados de inquéritos de 2004 a 2010, a percentagem do emprego informal não agrícola na África Subsariana é de cerca de 66 por cento do emprego feminino. Isto varia consoante os países. (quadro 3).

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho não significou maiores oportunidades em empregos ou empresas de alta remuneração. Existe uma diferença salarial entre homens e mulheres fora da agricultura em todos os mercados de trabalho na África subsaariana, onde, em média, a diferença salarial desajustada entre homens e mulheres é estimada em 30%.

Assim, para cada US \$ 1 ganho por homens em manufatura, serviços e comércio, as mulheres ganham 70 centavos. As lacunas nos salários entre mulheres e homens são influenciadas por parâmetros como idade, tipo de ocupação, educação, parentesco e casamento.

FIGURA 3

Média de anos de escolaridade, 25 anos ou mais e acima, por sexo e por sub-região, 2014



Fonte: Elaborado pela equipa do RDHAfr com base no RDH2015, NY, USA

As desigualdades económicas e laborais significativas entre homens e mulheres africanos continua a ser a norma e não a excepção. Estas disparidades são encontradas na região africana em termos de acesso a activos económicos, participação no local de trabalho, oportunidades de empreendedorismo, uso e aproveitamento dos recursos naturais e meio ambiente.

Em média, as perdas no PIB anual entre 2010 e 2014, devido às lacunas entre os géneros no mercado de trabalho, ultrapassaram USD 90 bilhões, atingindo o pico de USD 105 bilhões em 2014 na região da África Subsaariana.

Eliminar as lacunas entre géneros na administração ajuda a garantir a boa governança, a restaurar a confiança nas instituições públicas, e a acelerar a receptividade às políticas e aos programas governamentais.

Dado que em África as normas e crenças sociais atribuem às mulheres e raparigas a responsabilidade primária pelos cuidados e pelo trabalho doméstico, as mulheres, em média, gastam duas vezes mais tempo do que os homens no trabalho doméstico, em cuidar das crianças e dos idosos, cozinhar, limpar e buscar água e madeira. Na África subsaariana, 71% da carga de recolha de água para as famílias recai sobre as mulheres e as raparigas.

À medida que a situação económica das mulheres melhora, o mesmo ocorre com a situação de famílias inteiras - um fator importante na redução da praga da pobreza entre gerações e do baixo desenvolvimento humano. Por exemplo, a posse ou a propriedade da terra representa uma importante fonte de capital e de garantia para as mulheres na obtenção de crédito e no acesso a outras formas de ativos produtivos. A falta de acesso à terra priva as mulheres africanas de um importante instrumento económico para melhorar os seus meios de subsistência.

Existe um alto custo económico quando as mulheres não estão integradas mais plenamente nas suas respectivas economias nacionais. De acordo com este relatório, os totais estimados de perdas económicas anuais devido a disparidades de género entre 2010 e 2014 poderiam ultrapassar USD 90 bilhões em África subsaariana, atingindo um máximo de cerca de USD 105 bilhões em 2014. Estes resultados confirmam que a África está a falhar o seu potencial porque uma parcela significativa de sua reserva para o crescimento -as mulheres- não é totalmente utilizada.

Representação Política e Liderança das Mulheres Africanas

Outro fator chave no avanço da igualdade de género é o papel da representação política e da liderança das mulheres. A participação política e a representação das mulheres na governação têm sido consideradas como indicadores do nível geral de eficácia e responsabilização num país.

O progresso global ao nível político e de liderança ainda está bem abaixo do necessário para ter um impacto demonstrável na consecução da plena igualdade de género nos países africanos. As estruturas sociais e políticas existentes continuam a coibir o pleno potencial das mulheres, na elaboração da agenda e das políticas nacionais e local.

FIGURA 4

Factores que favorecem o aumento da participação das mulheres na política em África



À medida em que mais mulheres estão envolvidas na política e em posições de liderança, então, a probabilidade de que os direitos, prioridades, necessidades e interesses das mulheres sejam ignorados ou silenciados é menor. (Quadro 4).

Foram feitos progressos significativos no avanço da participação das mulheres em cargos eletivos e de liderança nos setores público e privado.

Alguns países têm sido muito bem sucedidos na eleição de mulheres para os seus parlamentos e outros cargos eletivos, mas as estruturas sociais e políticas existentes ainda proscvem o pleno potencial das mulheres para ajudar a moldar de forma equitativa as agendas económica, social e na política nacional e local.

Para além da política, as mulheres também fizeram avanços em posições de liderança em áreas como a função pública, os sindicatos e o setor privado, mas aqui novamente o progresso na obtenção de equidade de género ainda está atrasado devido a uma combinação de resistência à mudança política, económica e social.

No setor privado, a percepção geral de que as empresas dirigidas por homens superam as mulheres não é suportada por dados nem justifica a lacuna na liderança. Embora a tendência esteja a melhorar, a percentagem de empresas com um director feminino ainda varia entre 7 e 30 por cento.

Reduzir o fosso de género na liderança no sector privado depende de um aumento do número de mulheres com ensino superior em ciência e em campos relacionados com tecnologia.

Os processos de paz são outro motivo principal para a tomada de decisões e para o exercício do poder e da influência. Historicamente, a participação formal das mulheres nestes processos tem sido limitada, apesar da profusão de acordos de paz em todo o continente.

Na última década, o papel das mulheres na resolução de conflitos e na consolidação da paz mudou consideravelmente desde quando elas só podiam influenciar informalmente as negociações para a cessação das hostilidades ou acordos de paz. Reconhece-se cada vez mais que as mulheres devem ser parte integrante e formal de qualquer processo de negociações de paz, tendo em conta o seu papel na obtenção e manutenção da paz.

O papel das normas legais e sociais na igualdade de género

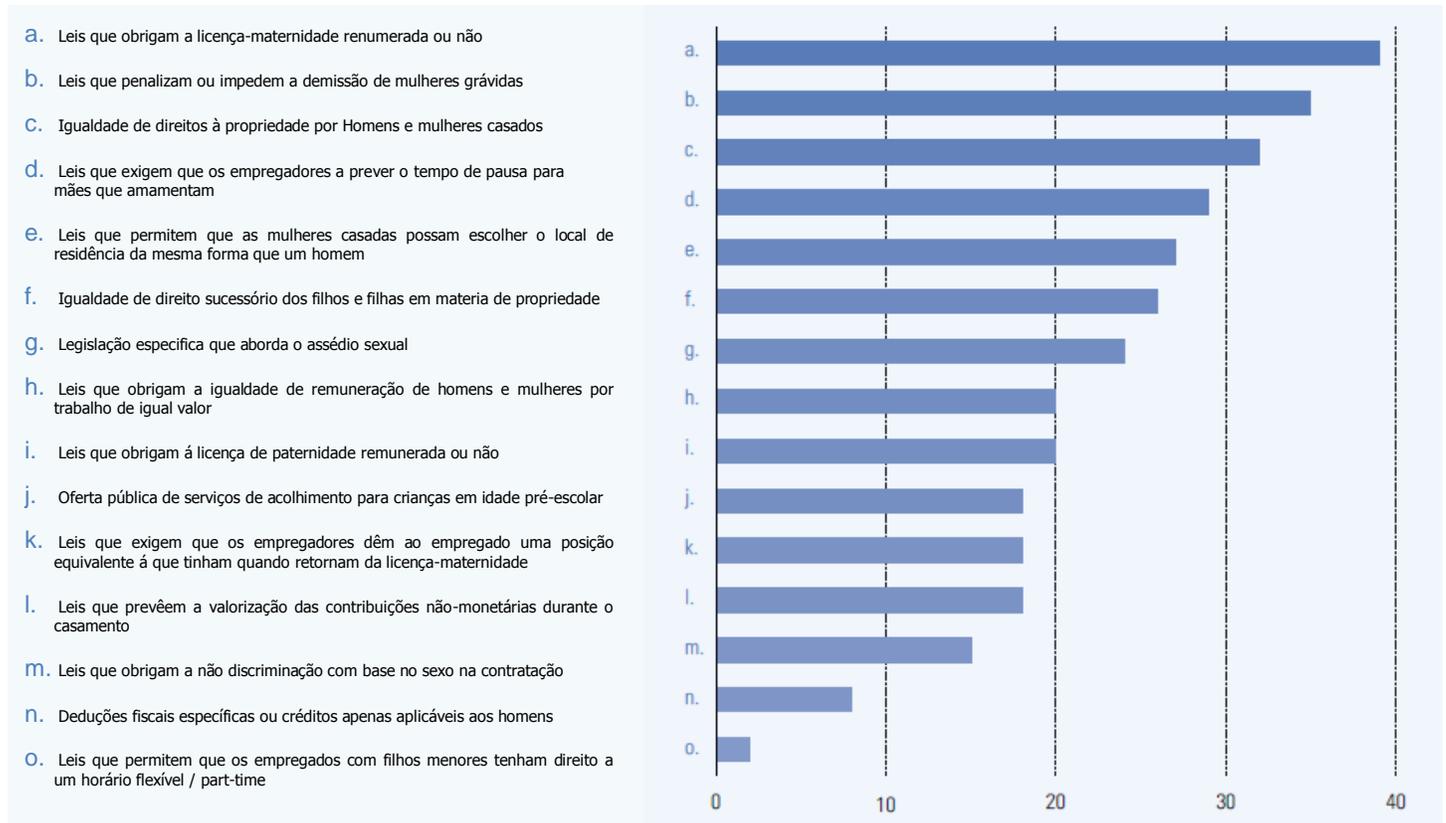
As normas legais e sociais existentes e as formas como elas interagem têm um efeito importante na igualdade de género e no empoderamento das mulheres. A importância subjacente das normas legais e sociais não pode ser exagerada em áreas como o acesso aos serviços económicos, à saúde e à educação, bem como o papel que desempenham na influência da violência baseada no género, no casamento de crianças e noutras barreiras socioculturais à igualdade de género (ver quadro 5).

Os Estados africanos e órgãos regionais puseram em prática um vasto leque de normas legais, precedentes e legislação que promove a igualdade de género. O desafio não está em ajustar as normas legais existentes visam ao invés, assegurar

O desafio não consiste em ajustar as normas legais existentes, mas o de garantir a defesa da sua aplicação, aceitação plena e execução.

FIGURA 5

Número dos países africanos que dispõem de legislação não discriminatória de género, 2014



Fonte: Compilado pela Equipa de Desenvolvimento Humano em África, com base no Banco Mundial, 2015

O silêncio social e institucional sobre a violência contra as mulheres conjugam-se e desta forma perpetuam a violência sistemática e padronizada em África.

É necessário proceder á avaliações da legislação existente tendo em conta as disparidades entre géneros nas áreas de direito da família, direito fundiário, direito do trabalho e direito costumeiro para identificar e eliminar a discriminação das mulheres em curso.

que as normas sejam defendidas, aceites e integradas nas leis e regulamentos nacionais e, em seguida, plenamente implementadas e aplicadas. É a diferença entre os direitos legais e as expectativas, por um lado, e as práticas e comportamentos predominantes incorporados nas normas sociais e culturais por outro, o que representa um desafio fundamental para acelerar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres.

Muitas normas sociais têm um papel muito importante e positivo na criação de fortes vínculos familiares e comunitários, bem como para estabelecer condições de confiança e apoio em tempos de crise e dificuldades. No entanto, outras normas sociais continuam a ter um impacto negativo na consecução da igualdade de género, apesar das leis e normas existentes.

Tais normas sociais prevalecentes e estereótipos de género que atribuem diferentes posições, papéis e privilégios para mulheres e homens impedem o progresso em direção à igualdade de género. De acordo com um inquérito Afrobarómetro de 2015, cerca de um quarto dos africanos não abraçam o conceito de igualdade de género, isto é, discordaram ou discordaram fortemente da noção fundamental de igualdade de direitos entre homens e mulheres. Isto exige uma consciência pró-activa e advocacia sobre os imperativos da igualdade de género em África.

O impacto das normas sociais que limitam as mulheres também tem demonstrado ter efeitos deletérios sobre homens e meninos, e nas comunidades em geral, essencialmente bloqueiam um maior desenvolvimento humano e

impedem as sociedades de realizar o seu desenvolvimento potencial pleno.

Políticas e condutas institucionais para a igualdade de género

Os governos africanos usaram uma série de políticas e programas para abordar a desigualdade de género. Estes incluem esforços ao nível macro e sectorial que tentam reduzir a desigualdade de género por meio de combinações de políticas e instituições. Os exemplos incluem políticas fiscais, (incluindo despesas públicas e subsídios), medidas legais e regulamentares e programas dirigidos, assim como outras intervenções específicas. Mas o registo de sucesso é parcial, e existe um amplo espaço para expandir tais esforços, tanto no seu escopo (âmbito) e como na sua escala. A este respeito, muito pode ser aprendido com a experiência da América Latina e Ásia.

Uma vasta gama de normas sociais continua a ter um impacto negativo na consecução da igualdade de género em África. Apesar de leis e declarações internacionais e regionais relativos aos direitos humanos e igualdade de género, estas normas são muitas vezes negado ou diminuído nos níveis nacional e comunitário por causa de normas sociais difundidas.

FIGURA 6

Políticas e condutas institucionais para a igualdade de género

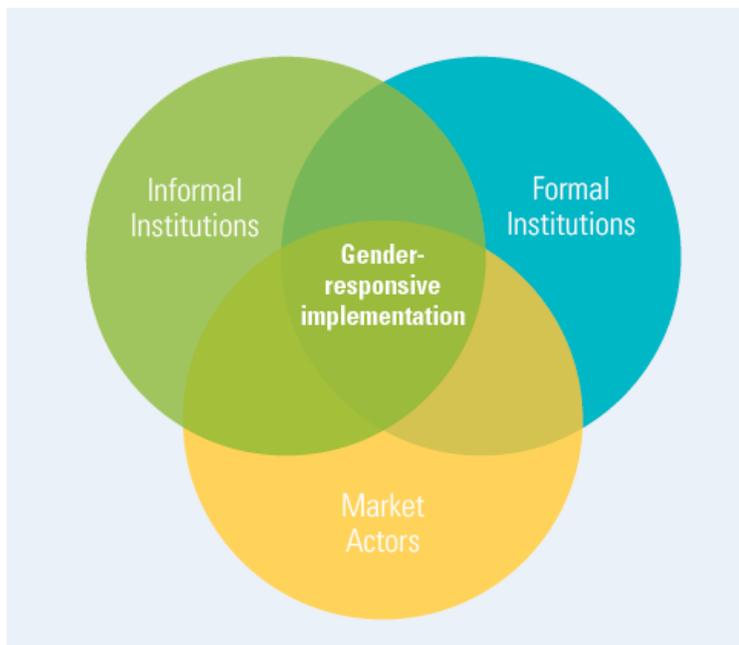


Fonte: Dados adaptados apresentados no relatório Tendências de mortalidade materna: OMS 1990 a 2015. Genebra

Os países africanos utilizaram uma série de instrumentos políticos e institucionais para promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres. Mas o registo de países africanos que tem usado uma série de meios políticos e institucionais para promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres. Mas o registo de sucesso é misturado, e há espaço suficiente para a expansão de tais esforços, tanto em escala como em intensidade de esforço. A este respeito, muito pode ser aprendido com a experiência de outras regiões, como a América Latina e o Caribe (LAC).

FIGURA 7

Colaboração institucional para a igualdade de género



Fonte: Elaborado pela equipa do RDHAfr

A maioria dos países africanos têm seguido a prática internacional através da criação de instituições para a promoção das mulheres. Estes novos mecanismos organizacionais para as questões de género assumiram diversas formas, inclusive ministérios temáticos ou departamentos ministeriais para mulheres, designados em alguns países como mecanismos institucionais de proa.

O desenvolvimento de modelos institucionais eficazes no sentido de sociedades mais igualitárias deve ser entendido como uma responsabilidade partilhada entre vários ministérios e envolver o sector privado e a sociedade civil (Quadro 6). Os governos africanos começaram a usar vários tipos de programas de proteção social (incluindo transferência de dinheiro e subsídios) para promover a igualdade de género e a redução da pobreza. Ainda assim, existe um espaço considerável para expandir uma série de programas de transferência de renda e serviços sociais que teriam um impacto direto na melhoria do bem-estar económico e social das mulheres. Estas incluem a licença de maternidade remunerada, a prestação de serviços de assistência à infância e alguma forma de apoio ao rendimento ou transferências de dinheiro para o trabalho não remunerado das mulheres, que normalmente tem lugar no lar ou na agricultura.

Além disso, o ambiente jurídico em que as mulheres e os homens se envolvem na sociedade sublinha o facto de que as instituições laborais não discriminatórias, políticas e padrões de ambiente de trabalho poderiam contribuir muito para reduzir as desvantagens económicas e sociais das mulheres (Figura 7) em cerca de 28% dos países. Em cerca de 28% dos países africanos, o direito consuetudinário é considerado uma fonte válida de direito mesmo que viole as disposições constitucionais sobre a não discriminação ou a igualdade. Para melhor aplicar as normas legais internacionais e regionais para a igualdade de género, muitos países africanos podem, portanto, precisar de articular, implementar e reforçar as leis, estatutos e regulamentações existentes que poderiam ter um profundo impacto na melhoria do acesso das mulheres à igualdade de direitos. Reconciliar as leis e os regulamentos nacionais com as tradições e o direito consuetudinário continua a ser um desafio gigantesco.

Um plano de ação para acelerar a igualdade de género

O Relatório de Desenvolvimento Humano de África de 2016 apresenta algumas conclusões chave e substituindo temas

O sector público, o sector privado, as instituições, bem como as OSCs devem comprometer-se na Implementação do Selo de Certificação de Igualdade de Género.

FIGURA 8

Estratégias para abordar a desigualdade de género



Fonte: Adaptado do Plano Estratégico do PNUD 2014-2017 : evoluir com o mundo. Nova York.

É essencial criar um Banco de Investimento para a Mulher Africana.

que fornecem um quadro estratégico e um plano de acção que visam uma abordagem mais abrangente e orientada para os resultados para combater a desigualdade de género. Quatro grandes eixos são sugeridos que oferecem as orientações políticas e programas para acelerar a igualdade de género e integrar totalmente o género na agenda mais ampla do desenvolvimento humano e ajudar a alcançar os ODS e a Agenda Africana 2063. Os quatro eixos são mostrados na figura 8 e destacam-se a seguir.

Estes quatro eixos implicam:

Eixo 1: Apoiar a adoção de reformas jurídicas, políticas e regulamentos para promover o empoderamento das mulheres através da formulação e da plena aplicação de uma combinação de leis e regulamentos, políticas e programas que proporcionem igualdade de oportunidades para todos, independentemente do sexo.

Eixo 2: Apoiar as capacidades nacionais para promover e aumentar a participação e a liderança das mulheres na tomada de decisões no lar, na economia e na sociedade, que podem aju-

dar a combater os fatores que propagam exclusões sócio-económicas, pobreza e desigualdade no lar, na economia, nos mercados e na sociedade. A este respeito, as instituições públicas e privadas, bem como organizações da sociedade civil (OSC) devem comprometer-se na implementação das normas do Selo Certificação de Igualdade de Género (GES), a fim de entregar resultados transformacionais da igualdade de género em África.

Eixo 3: Apoiar a capacidade de implementar abordagens multissetoriais para mitigar os impactos das práticas discriminatórias na saúde e educação, o que pode gerar a colaboração entre ministérios e com o setor privado e a sociedade civil.

Eixo 4: Apoiar as mulheres na apropriação e gestão dos bens económicos e ambientais, o que pode ajudar a combater os factores que propagam a exclusão socioeconómica, a pobreza e a desigualdade. Isto inclui a criação de um Banco Africano de Investimento para Mulheres e a abertura de janelas de investimento feminino em bancos de desenvolvimento.

Com estes quatro eixos em mente, existe uma questão estratégica primordial que os governos africanos que desejam acelerar as pregorativas e os direitos das mulheres vão ter de enfrentar:

Assumindo o compromisso político de o fazer, como podem os líderes e decisores políticos africanos abordar com maior determinação as desigualdades de género face a outras prioridades nacionais concorrentes?

Devido às pressões exercidas sobre os líderes e os políticos para manter o ritmo do crescimento económico, diversificar a economia para a integração nos mercados globais, atender às demandas crescentes de uma classe média crescente, lidar com os choques e as vulnerabilidades e atender às preocupações de segurança nacional, muitas vezes deve ser feito competindo pelo uso de recursos escassos.

Para fornecer algumas orientações políticas para os líderes africanos preocupados com este dilema em curso, seis considerações estratégicas são oferecidas como um quadro organizacional para a acção no tratamento

da desigualdade de género. Este quadro organizativo está em conformidade com o argumento apresentado no sentido de que a aceleração da igualdade de género e o empoderamento das mulheres representa simultaneamente uma abordagem operacional prática para os governos africanos enfrentarem o desafio de alcançar os SDGs e avançarem na Agenda 2063 da União Africana. A abordagem da igualdade de género não está separada da abordagem dos SDGs. Assim, na medida em que as desigualdades de género estão sendo abordadas, é feito um progresso através do amplo espectro de metas de desenvolvimento encontradas nos SDGs.

Nesta perspectiva, as seis considerações estratégicas são delineadas a seguir.

Usar a igualdade de género como um prisma da política organizadora para a formulação, o planeamento e a implementação da agenda de desenvolvimento. É uma falsa suposição que dar maior prioridade à igualdade de género significa dar prioridade menor a outras prioridades de desenvolvimento. Concentrar-se nas questões de género não é uma escolha de soma zero, onde a escolha de uma prioridade é feita à custa de outra. Seja qual for o objetivo da política de crescimento inclusivo e diversificação económica, revitalização do setor agrícola, melhoria dos serviços nacionais de saúde e educação, erradicação da pobreza extrema, combate às mudanças climáticas se 50% da população, isto é, das políticas e programas, então este último não pode ser considerado um sucesso. Descartar esse falso pressuposto e abordar a igualdade de género não significa acrescentar políticas e programas especiais para as mulheres ou ter ministérios ou agências separadas, mas garantir que todas as políticas e programas visem alcançar resultados iguais para os homens e mulheres.

Combater as normas sociais destrutivas directamente. Não é subestimado que reverter as normas sociais que impedem a igualdade de oportunidades entre mulheres e meninas será um processo difícil e de longo prazo. Forçar para desconstruir normas sociais prejudiciais e barreiras culturais é, sem dúvida, um curso de ação moralmente exigente, socialmente difícil e politicamente arriscado, ou mais precisamente, ações múltiplas e sobrepostas. Por

consequente, os líderes e decisores políticos africanos têm de compreender a natureza de desconstruir as normas sociais nocivas e substituí-las por normas sociais positivas. Em muitos casos, a abordagem implicará conciliar as normas jurídicas e sociais.

Priorizar planos e orçamentos que favorecem a igualdade de género. Os governos africanos terão sempre que identificar e implementar um conjunto estratégico de opções de políticas e programas considerados prioritários no contexto nacional, que têm maior probabilidade de fazer mudanças importantes, que podem trabalhar de forma sinérgica e que têm a melhor chance de serem implementados com sucesso. O objetivo é sugerir que os governos africanos devem ter um processo de priorização para alcançar a igualdade de género, dadas as enormes necessidades e limitações de recursos enfrentados por cada país. A tarefa não implica necessariamente a selecção e implementação de uma vasta gama de opções de políticas, mas priorizar, de forma ordenada e transparente, entre múltiplas opções políticas (muitas vezes contraditórias), que colocam exigências concorrentes sobre os escassos recursos públicos.

Sugerem-se três questões orientadoras para vincular a priorização a curto e a longo prazo:

- Que políticas e programas têm maior probabilidade de melhorar a vida das mulheres e de as colocar na vida económica através de oportunidades de emprego produtivo e melhoria do bem-estar social?
- De que maneira as opiniões e os interesses das mulheres, das partes interessadas e de outros destinatários são tidos em conta no processo decisório?

Em situações em que os recursos são transferidos de um programa ou iniciativa para outro, a mudança pode ser justificada em termos de melhoria dos resultados económicos e sociais para as mulheres e as raparigas do que teria sido de outra forma?

Reforço das políticas de adaptação e das capacidades institucionais. Atingir a igualdade de género e acelerar o ritmo do

O Desenvolvimento, se não engendrado, está em perigo. Todas as políticas e programas devem ser destinados para atingir alcançar resultados iguais para ambos, homens e mulheres.

A recolha e análise de dados não devem ser consideradas um acréscimo, mas uma função nuclear de serviços do governo, que requerem apoio financeiro e político proporcional.

desenvolvimento humano exigirá que os governos africanos se comprometam com um quadro social forte, proativo e responsável que desenvolva políticas para os setores público e privado com base numa visão e liderança de longo prazo, e regras e instituições que criam confiança e coesão. Ao mesmo tempo, os governos precisarão de capacidade de flexibilidade e adaptação. Em sociedades complexas, como em África, o resultado de uma determinada política é inevitavelmente incerto. Os governos africanos terão de seguir um quadro de governação que seja pragmático e capaz de resolver problemas e adaptar-se colectivamente e rapidamente, em vez de abandonar uma linha de acção face a efeitos indesejáveis.

Valorizar os dados para melhorar a tomada de decisões. Para que os governos africanos possam abordar plenamente as desigualdades de género e compreender os resultados das políticas e programas escolhidos, serão necessários sistemas mais robustos de recolha e monitoramento de dados. Capacidade efetiva em estatísticas e monitoramento e avaliação é o lubrificante através do qual os governos são capazes de atuar como um estado adaptativo e realizar a mudança de política necessária e correções a meio do percurso. A coleta e análise de dados não deve ser considerada uma reflexão tardia, mas sim uma função central dos serviços governamentais, que exigem apoio financeiro e político proporcional. É imperativo avaliar as capacidades de acompanhamento dos planos e orçamentos de desenvolvimento nacionais e dos SDG, juntamente com as estatísticas económicas e sociais tradicionais. Isto representa uma janela de oportunidade para os governos africanos avaliarem como as suas agências estatísticas e ministérios podem melhorar as suas funções de recolha, gestão e análise de dados de modo a captar plenamente as implicações de género das políticas e iniciativas actuais e como, com o tempo, podem ser modificados e melhorados.

Privilegiar a cooperação regional e Sul-Sul. É importante sublinhar a importância da cooperação regional e sul-sul na concepção e implementação de políticas e iniciativas com enfoque no género. Os países africanos têm muito a aprender uns com os outros, tanto sobre o que funcionou e o que não. Há também muitas lições úteis que podem ser aprendidas com a experiência da Ásia e

da América Latina e do Caribe. O foco dessa cooperação deve ser o compartilhamento de ferramentas, estratégias e experiências em todos os setores, desde grandes projetos de infra-estrutura até intervenções baseadas na comunidade, todas elas necessárias para impulsionar a inovação, o aprendizado e o escalonamento. Há um espaço considerável para expandir a formação transnacional e viagens de estudo, destacamento de pessoal e outros tipos de oportunidades de aprendizagem experiencial que colocam os gestores e formuladores de políticas mais diretamente no fulcro da mudança no terreno.

Conclusão

Em resumo, o relatório centra-se no problema persistente da igualdade entre homens e mulheres africanas. Uma conclusão fundamental é que a igualdade de género não é alcançada se houver ministérios específicos de género ou projetos e programas exclusivamente para mulheres (embora possam ser importantes), mas ao abordar a igualdade de género como um esforço abrangente em vários setores que envolvem todos os setores Segmentos da sociedade. O relatório enfatiza ainda as inter-relações entre o bem-estar social das mulheres e as suas oportunidades económicas para vidas mais produtivas. A sustentação de todos estes esforços será a tarefa necessária mas incontestavelmente difícil que é quebrar as normas sociais e as barreiras culturais prejudiciais que têm um impacto particularmente grave sobre as mulheres pobres e suas famílias.

Outra conclusão é que acelerar a igualdade de género implica esforços altamente colaborativos envolvendo não apenas os governos nacionais e locais, mas também as organizações não-governamentais, o setor privado, grupos de defesa e organizações eficazes de base comunitária.

Finalmente, os governos africanos devem articular pontos de referência temporais para medir o progresso, fazer os ajustes necessários e manter uma visão nacional das ramificações importantes para alcançar a igualdade de género para toda a sociedade. Os povos de África devem responsabilizar-se a si próprios e aos seus governos pelo progresso nas melhorias num prazo que não dilua a urgência da acção. O calendário de 15 anos dos SDG e o primeiro

Os governos africanos devem romper com as normas sociais e barreiras culturais prejudiciais que têm um impacto particularmente grave sobre as mulheres e suas famílias.

plano de implementação de dez anos da Agenda 2063 representam um calendário viável com o qual os governos africanos já se comprometeram.

Annex African Human Development Index (HDI) ranking, values and trends

HDI rank	Country	Human Development Index (HDI) Value							HDI rank	Average annual HDI growth %				
		1990	2000	2010	2011	2012	2013	2014		Change				
		2005-2014	1995-2000	2000-2010	2010-2014	1995-2014								
Very High Human Development														
High Human Development														
63	Mauritius	0.819	0.874	0.768	0.762	0.772	0.775	0.777	62	6	0.86	1.15	0.88	0.95
64	Seychelles	-	0.715	0.743	0.752	0.761	0.767	0.772	68	8	-	0.39	0.97	-
80	Algeria	0.574	0.640	0.725	0.730	0.732	0.734	0.736	84	4	1.09	1.26	0.35	1.04
94	Libya	0.679	0.731	0.756	0.711	0.745	0.738	0.724	83	-27	0.75	0.34	-1.07	0.27
96	Tunisia	0.567	0.654	0.714	0.715	0.719	0.720	0.721	96	-1	1.43	0.88	0.26	1.00
Group average		0.610	0.682	0.738	0.734	0.746	0.747	0.748	79	-	1.02	0.80	0.24	0.82
Medium Human Development														
106	Botswana	0.564	0.561	0.611	0.608	0.601	0.606	0.608	106	1	-0.41	1.96	0.81	0.74
108	Egypt	0.546	0.622	0.681	0.682	0.688	0.688	0.690	108	-3	1.31	0.90	0.33	0.98
110	Gabon	0.620	0.632	0.683	0.668	0.673	0.679	0.684	111	1	0.20	0.48	0.76	0.41
116	South Africa	0.621	0.632	0.643	0.651	0.658	0.663	0.666	117	4	0.17	0.18	0.87	0.25
122	Cabo Verde	-	0.572	0.629	0.637	0.639	0.643	0.648	122	2	-	0.96	0.86	-
126	Morocco	0.467	0.528	0.611	0.621	0.623	0.626	0.628	126	5	1.44	1.48	0.85	1.33
128	Namibia	0.570	0.556	0.610	0.616	0.620	0.625	0.628	128	3	-0.36	0.94	0.70	0.26
136	Rep. of the Congo	0.534	0.486	0.564	0.560	0.575	0.582	0.591	138	2	-0.87	1.25	1.81	0.40
138	Equatorial Guinea	-	0.526	0.591	0.590	0.594	0.584	0.587	137	-5	-	1.18	-0.18	-
139	Zambia	0.483	0.433	0.555	0.565	0.578	0.580	0.586	139	1	0.71	2.52	1.36	1.57
140	Ghana	0.496	0.485	0.554	0.566	0.572	0.577	0.579	140	-2	0.63	1.33	1.13	1.00
143	Sao Tome and Principe	0.465	0.491	0.544	0.548	0.552	0.553	0.555	143	-2	0.76	1.02	0.52	0.83
Group average		0.525	0.544	0.610	0.616	0.621	0.625	0.628	126	1	0.36	1.18	0.76	0.75
Low Human Development														
145	Kenya	0.473	0.447	0.529	0.526	0.528	0.544	0.548	145	0	-0.58	1.70	0.82	0.82
149	Angola	-	0.390	0.509	0.521	0.524	0.530	0.532	149	1	-	2.70	1.11	-
150	Swaziland	0.526	0.496	0.525	0.528	0.529	0.530	0.531	149	-5	-0.78	0.57	0.28	-0.04
151	Tanzania (United Republic of)	0.389	0.382	0.500	0.506	0.510	0.516	0.521	151	2	0.80	2.48	1.05	1.44
152	Nigeria	-	-	0.463	0.466	0.505	0.510	0.514	152	2	-	-	1.96	-
153	Cameroun	0.443	0.437	0.486	0.486	0.501	0.507	0.512	154	6	-0.13	1.07	1.32	0.81
154	Madagascar	-	0.456	0.504	0.505	0.507	0.508	0.510	153	-4	-	1.02	0.27	-
155	Zimbabwe	0.486	0.428	0.481	0.474	0.491	0.501	0.505	158	12	-1.53	0.75	2.50	0.08
156	Mauritania	0.373	0.442	0.488	0.488	0.498	0.504	0.506	156	1	1.71	0.98	0.82	1.26
158	Comoros	-	-	0.488	0.493	0.496	0.501	0.503	158	-1	-	-	0.75	-
161	Lesotho	0.462	0.443	0.472	0.480	0.494	0.494	0.497	161	1	-1.05	0.62	1.30	0.03
162	Togo	0.464	0.426	0.468	0.468	0.470	0.473	0.484	167	3	0.52	0.78	1.25	0.75
163	Rwanda	0.244	0.333	0.463	0.464	0.476	0.479	0.483	163	5	3.16	3.13	1.81	2.86
163	Uganda	0.308	0.333	0.413	0.413	0.478	0.478	0.483	164	-2	2.47	1.86	0.51	1.86
166	Benin	0.344	0.332	0.460	0.473	0.475	0.477	0.480	165	-2	1.33	1.78	0.84	1.40
167	Sudan	0.321	0.430	0.485	0.486	0.478	0.479	0.479	165	-5	1.90	1.52	0.74	1.55
168	Djibouti	-	0.365	0.423	0.482	0.485	0.488	0.479	168	0	-	2.17	0.87	-
168	South Sudan	-	-	0.470	0.458	0.457	0.481	0.467	171	-	-	-	-0.15	-
170	Senegal	0.367	0.380	0.466	0.458	0.461	0.463	0.466	170	-3	0.36	1.03	0.55	1.00
172	Cote d'Ivoire	0.385	0.398	0.444	0.445	0.462	0.458	0.462	172	0	0.23	1.12	0.98	0.72
173	Malawi	0.284	0.340	0.420	0.429	0.423	0.426	0.445	174	2	1.83	2.14	1.46	1.90
174	Ethiopia	-	0.284	0.412	0.423	0.429	0.436	0.442	175	2	-	3.78	1.76	-
175	The Gambia	0.330	0.394	0.441	0.437	0.440	0.442	0.441	173	-2	1.55	1.38	-0.02	1.22
176	Dem. Rep. of the Congo	0.355	0.329	0.408	0.418	0.423	0.430	0.433	176	3	-0.77	2.18	1.52	0.83
177	Liberia	-	0.288	0.405	0.414	0.419	0.424	0.430	177	1	-	1.20	1.50	-
178	Guinea-Bissau	-	-	0.413	0.417	0.417	0.418	0.420	178	-4	-	-	0.42	-
179	Mali	0.223	0.313	0.408	0.415	0.414	0.416	0.419	179	-3	2.97	2.73	0.81	2.47
180	Mozambique	0.218	0.300	0.401	0.405	0.408	0.413	0.418	180	0	3.25	2.96	0.94	2.74
181	Sierra Leone	0.282	0.296	0.380	0.384	0.387	0.408	0.413	182	0	1.32	2.63	1.56	1.91
182	Guinea	-	0.323	0.380	0.389	0.409	0.411	0.411	181	1	-	1.82	1.50	-
183	Burkina Faso	-	-	0.378	0.385	0.380	0.396	0.402	184	2	-	-	1.58	-
184	Burundi	0.296	0.301	0.390	0.382	0.385	0.387	0.400	183	0	0.20	2.62	0.66	1.28
185	Chad	-	0.332	0.371	0.382	0.386	0.388	0.382	186	1	-	1.12	1.37	-
186	Eritrea	-	-	0.381	0.386	0.390	0.390	0.390	185	-5	-	-	0.82	-
187	Central African Republic	0.214	0.210	0.362	0.368	0.373	0.348	0.350	187	0	-0.14	1.58	-0.84	0.45
188	Niger	0.214	0.257	0.326	0.333	0.342	0.345	0.348	188	0	1.85	2.40	1.86	2.05
Regional average		0.381	0.372	0.441	0.447	0.452	0.455	0.458	165	0	0.86	1.62	0.97	1.26

Source: Compiled by the AfHDI Team from UNDP (2015).

 **OBJETIVOS**  **DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**





Programa Das Nações Unidas Para O Desenvolvimento para África

One United Nations Plaza

Nova Iorque, NY 10017

Empowered lives.
Resilient nations.

www.undp.org

No contexto de um mundo em mudança, a Agenda de Desenvolvimento de 2030 e o fato de que as mulheres sustentam a metade do céu, as aspirações de desenvolvimento do continente como articulado na Agenda 2063 não seriam realizadas se metade da humanidade fosse deixada para trás. O Relatório de Desenvolvimento Humano Africano de 2016 baseia-se nesta perspectiva e fornece uma contribuição substantiva para o discurso do desenvolvimento sobre a igualdade de género e o empoderamento das mulheres em África.

O relatório é um amplo lembrete de que a igualdade de género é um fator crítico de todo o desenvolvimento. Se o desenvolvimento não é planeado, está em perigo. Adotando uma nova abordagem da economia política, desenterrando normas sociais, práticas culturais e contextos institucionais que afetam a igualdade de género e o empoderamento das mulheres, o relatório examina os processos políticos, económicos e sociais que impedem o avanço das mulheres africanas e propõe estratégias, políticas e ações concretas.

À medida que as mulheres africanas atingem medidas mais elevadas de bem-estar económico e social, toda a sociedade se beneficia. Foram realizados grandes avanços na melhoria da participação económica e política das mulheres africanas. No entanto, o ritmo de aceleração da igualdade de género tem sido mais lento do que se esperava e mais inconsistente do que o desejado, à medida que avanços limitados foram feitos no tratamento de normas sociais e instituições que perpetuam a desigualdade de género.

Como resultado, muitas mulheres africanas permanecem presas no extremo inferior do espectro de oportunidades económicas, perpetuando o mesmo status sócio-económico para as suas famílias. Hoje, as mulheres africanas conseguem somente 87 por cento dos resultados do desenvolvimento humano dos homens. A desigualdade de género no mercado de trabalho sozinha custou à África subsaariana cerca de USD 105 bilhões em 2014 - equivalente a 6% do PIB.

Devido a essas disparidades de género, a realização dos SDGs e a Agenda 2063 de África seriam apenas uma aspiração e não uma realidade. Este relatório propõe um programa de acção com sete eixos para acelerar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres:

- Adotar reformas legislativas e políticas eficazes para o empoderamento das mulheres e utilizar a igualdade de género como a lente política de organização para todo o planeamento e implementação do desenvolvimento;
- Desenvolver capacidades e responsabilização para aumentar a participação e a liderança das mulheres na tomada de decisões em todos os níveis da sociedade;
- Abordar as causas profundas das práticas discriminatórias de saúde e educação, quebrando as normas sociais e as barreiras culturais prejudiciais que impedem a igualdade de género;
- Apoiar o acesso equitativo à terra, aos serviços financeiros, à igualdade de remuneração e à igualdade de emprego para as mulheres africanas, incluindo o estabelecimento de um Banco de Investimento das Mulheres Africanas e a abertura de Janelas de Investimento das Mulheres nos Bancos de Desenvolvimento;

- Tomar decisões estratégicas e investimentos para criar instituições mais capazes, socialmente responsivas, igualmente representativas e ágeis que conduzam a uma sociedade mais equitativa e inclusiva;
- Prosseguir a análise e o desenvolvimento do género, bem como uma partilha mais eficaz de conhecimentos, instrumentos e experiências entre países e regiões; e
- Fomentar alianças mais fortes entre todos os segmentos da sociedade para avançar com uma agenda comum de ação para acelerar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres em África, incluindo o compromisso das instituições públicas e privadas e organizações da sociedade civil com uma iniciativa de certificação do Selo de Igualdade de Género para África.

" Não é uma escolha, mas um imperativo: não abordar as desigualdades de género e a discriminação contra as mulheres tornará impossível alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável " - Administradora do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, Helen Clark

" Libertar a energia criativa das mulheres, alimentando as suas aspirações, promovendo o seu acesso às oportunidades e recursos e dando-lhes a oportunidade de se tomarem cidadãos activos contribuirá para tornar a África a próxima fronteira do século 21 para o desenvolvimento inclusivo " - Administrador assistente do PNUD e Director do Escritório Regional para a África Abdoulaye Mar Dieye

" A história não nos julgará pelo que dizemos neste momento, mas pelo que fazemos para melhorar a vida de nossos compatriotas e nos julgará pelo legado que deixamos para as gerações vindouras " - Presidente da Libéria, Ellen Sirleaf Johnson

" A prosperidade de África passa pela participação das mulheres africanas, especialmente pela sua capacitação económica.. O foco na mulher é, além da nossa tradicional dependência de homens, mas o nosso potencial total " - Presidente da União Africana, Nkosazana Dhlamini-Zuma

" Não há tempo para descansar até que nosso mundo alcance totalidade e equilíbrio, onde homens e mulheres são considerados iguais e livres - " Leymah Gbowee, Vencedor do Prémio Nobel da Paz

" As sementes de sucesso em cada nação na Terra são melhores plantadas em mulheres e crianças " - antigo Presidente do Malawi Joyce Banda

" África tem feito progressos significativos em muitos dos seus objectivos de desenvolvimento, mas há ainda mais a fazer para combater a desigualdade em todas as suas formas, utilizando a igualdade de género como um acelerador para alcançar todos os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável " - Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, Economista-Chefe em África Ayodele Odusola